

BB Administradora de Consórcios S.A.

Sector Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2013

Relatório da Administração

A EMPRESA

A BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A - BB Consórcios - é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. com sede em Brasília (DF), que tem por objeto principal a organização e administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes.

Em 25.10.2011, foi assinado convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. para a BB Consórcios, para o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela subsidiária de todos os custos decorrentes.

ATUAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

A BB Consórcios consolidada-se entre as maiores administradoras de consórcio do mercado e registrou, ao final do primeiro semestre de 2013, um total de 427 mil participantes ativos - crescimento de 11,8% em relação ao mesmo período de 2012, ocupando a 3ª posição no ranking geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras relacionadas a instituições financeiras (Fonte: ranking Bacen - Maio/2013).

Destaque para a carteira no segmento de automóveis que apresentou evolução de 13,5%, representada por 395 mil participantes ativos, frente aos 348 mil de junho/2012, posicionando-se como a 2ª maior administradora do mercado neste segmento (Fonte: ranking Bacen - Maio/2013).

De janeiro a junho foram comercializadas 58 mil novas cotas de consórcio, que representaram R\$ 1,6 bilhão em volume de negócios. No período, somam-se 42 mil clientes contemplados, que representaram R\$ 1,3 bilhão em cartas de crédito.

A carteira apresenta 97,3% de sua composição nas modalidades de automóveis (92,6%), imóveis (3,5%) e veículos pesados (1,2%). Resultado da estratégia comercial com foco nos segmentos de tickets mais elevados aderente a atuação dos demais bancos.

A BB Consórcios apresentou *market share* de 7,9%, considerando todos os segmentos de consórcio. Em automóveis, o *share* apresentado é 18,4% (Fonte: Bacen - Maio/2013).

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Em 2013, a BB Consórcios ampliou o canal de distribuição e vendas dos produtos de consórcios por meio da atuação dos Correspondentes Mais BB, ainda em fase de início das operações.

No segmento de veículos pesados e máquinas agrícolas, ressaltar-se o lançamento de novos planos com ampliação do prazo para 120 meses, destacando o BB como o primeiro, entre os principais bancos do País, a oferecer o maior prazo de vigência do segmento.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As receitas com prestação de serviços atingiram o montante de **R\$ 129,1 milhões** e o lucro, neste 1º semestre/2013, chegou a **R\$ 69,1 milhões**. No encerramento do semestre, o Capital Social foi elevado de R\$ 49,9 milhões para R\$ 98,5 milhões. Aumento de 97,2%.

INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS

Em 2013, a BB Consórcios lançou planos voltados à preservação do meio ambiente por meio de planos para aquisição de bens não poluentes, a partir de cartas de crédito de bicicleta elétrica, em incentivo à comercialização de produtos voltados à sustentabilidade. Iniciativa inédita no portfólio de produtos da Administradora.

CENÁRIO ECONÔMICO - MERCADO CONSÓRCIOS

De janeiro a junho de 2013, conforme dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios - ABAC, o mercado de consórcios movimentou R\$ 40,8 bilhões em volume de negócios. Crescimento de 6,8% em relação ao mesmo período de 2012.

Ainda segundo a ABAC, o número de vendas de novas cotas registrou 1,27 milhão, contribuindo para o aumento na quantidade de participantes ativos, que somou 5,47 milhões. Crescimento de 9,6% comparado aos 4,99 milhões de participantes verificados em junho do ano passado.

Os números levantados pela ABAC apontam que, cada vez mais, os consumidores estão planejando a compra de bens ou serviços por meio do consórcio. Atitude que reforça a percepção de novos crescimentos do setor baseados na demanda de clientes por custo menor, disciplina financeira adequada ao orçamento pessoal ou familiar e ampliação patrimonial e de consumo.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No período, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Consórcios, a não ser os relacionados à auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos aos nossos clientes e fornecedores pela confiança e credibilidade dispensada e aos nossos colaboradores pelo apoio, dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	30.06.2013	31.12.2012
ATIVO CIRCULANTE	224.087	164.568
Disponibilidades	91	90
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	182.416	143.115
Aplicações em operações compromissadas	182.416	143.115
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	14.298	16.343
Carteira própria	14.298	16.343
Outros Créditos	27.282	5.020
Créditos específicos	496	496
Diversos	27.873	5.310
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(766)	(766)
TOTAL DO ATIVO	224.087	164.568

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.06.2013	31.12.2012
PASSIVO CIRCULANTE	72.815	66.029
Outras Obrigações	72.815	66.029
Sociais e estatutárias	16.425	38.044
Fiscais e previdenciárias	39.029	8.667
Diversas	17.361	19.318
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	151.272	98.539
Capital Social	98.539	49.960
Capital de domiciliados no país	49.960	49.960
Aumento de capital	48.579	--
Reserva de Lucros	52.733	48.579
TOTAL DO PASSIVO	224.087	164.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	1º Sem/2013	2º Sem/2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.858	5.981
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.858	5.981
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	99.094	94.835
Receitas de prestação de serviços	129.137	124.771
Despesas de pessoal	(3.195)	(3.096)
Outras despesas administrativas	(2.518)	(1.678)
Despesas tributárias	(17.914)	(17.245)
Outras receitas operacionais	1.407	120
Outras despesas operacionais	(7.823)	(8.037)
RESULTADO OPERACIONAL	104.952	100.816
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	104.952	100.816
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(35.794)	(34.071)
LUCRO LÍQUIDO	69.158	66.745
LUCRO POR AÇÃO		
Número de ações	14.100	14.100
Lucro por ação (R\$)	4.905	4.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	1º Sem/2013	2º Sem/2012
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	104.952	100.816
Ajustes ao Lucro antes dos Impostos	175	189
Despesas com provisões civis	175	189
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	105.127	101.005
Variações Patrimoniais	(66.695)	(51.172)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(39.301)	(4.470)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	2.045	2.075
(Aumento) Redução em outros créditos	(22.201)	16.875
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.031)	(49.770)
(Redução) Aumento em outras obrigações	19.793	(15.882)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	38.432	49.833
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(38.431)	(49.944)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(38.431)	(49.944)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1	(111)
Início do período	90	201
Fim do período	91	90
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	1	(111)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reserva Legal	RESERVAS DE LUCROS Reserva Estatutária	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 30.06.2012	24.443	25.517	3.457	16.421	--	69.838
Aumento de Capital - AGE de 28.06.2012	25.517	(25.517)	--	--	--	--
Lucro do Semestre	--	--	--	--	66.745	66.745
Destinações:						
Reservas	--	--	3.337	25.364	(28.701)	--
Dividendos (R\$ 2.698,23 por ação)	--	--	--	--	(38.044)	(38.044)
Saldos em 31.12.2012	49.960	--	6.794	41.785	--	98.539
Mutações do Semestre	25.517	(25.517)	3.337	25.364	--	28.701
Saldos em 31.12.2012	49.960	--	6.794	41.785	--	98.539
Aumento de Capital - AGE de 25.06.2013	--	48.579	(6.794)	(41.785)	--	--
Lucro do Semestre	--	--	--	--	69.158	69.158
Destinações:						
Reservas	--	--	3.458	49.275	(52.733)	--
Dividendos (R\$ 1.164,89 por ação)	--	--	--	--	(16.425)	(16.425)
Saldos em 30.06.2013	49.960	48.579	3.458	49.275	--	151.272
Mutações do Semestre	--	48.579	(3.336)	7.490	--	52.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

ATIVO	30.06.2013	31.12.2012
ATIVO CIRCULANTE	3.242.293	2.739.519
Disponibilidades	1.609	184
Aplicações Financeiras	1.056.617	878.043
Outros Créditos	2.184.067	1.861.292
Bens apreendidos ou retomados	9	--
Direitos junto a consorciados contemplados	2.184.058	1.861.292
Normais	2.172.935	1.853.351
Em atraso	10.886	7.439
Em cobrança judicial	237	502
COMPENSAÇÃO	15.064.739	14.534.353
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	155.995	138.854
Contribuições devidas ao grupo	7.754.099	7.454.133
Consortiados - bens a contemplar	7.154.645	6.941.366
TOTAL DO ATIVO	18.307.032	17.273.872

PASSIVO	30.06.2013	31.12.2012
PASSIVO CIRCULANTE	3.242.293	2.739.519
Outras Obrigações	3.242.293	2.739.519
Obrigações com consorciados	1.785.570	1.558.126
Valores a repassar	19.444	15.550
Obrigações por contemplações a entregar	883.874	714.426
Recursos a devolver a consorciados	307.714	249.074
Recursos do grupo	245.691	202.343
COMPENSAÇÃO	15.064.739	14.534.353
Recursos mensais a receber de consorciados	155.995	138.854
Obrigações do grupo por contribuições	7.754.099	7.454.133
Obrigações por futuras contemplações	7.154.645	6.941.366
TOTAL DO PASSIVO	18.307.032	17.273.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA

	1º Sem/2013	2º Sem/2012
DISPONIBILIDADES (início do período)	878.227	782.242
Depósitos bancários	184	720
Aplicações financeiras do grupo	163.617	160.660
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	714.426	620.862
(+) RECURSOS COLETADOS	1.421.300	1.348.878
Contribuições para aquisição de bens	1.166.736	1.107.021
Taxa de administração	129.617	123.474
Contribuições ao fundo de reserva	42.755	41.367
Rendimentos de aplicações financeiras	26.160	22.586
Multas e juros moratórios	2.967	2.247
Prêmios de seguro	24.172	25.949
Custas judiciais	10	22
Reembolso de despesas de registro	4.167	4.595
Outros	24.716	21.617
(-) RECURSOS UTILIZADOS	1.241.301	1.252.893
Aquisição de bens	1.012.774	1.015.361
Taxa de administração	127.645	127.256
Multas e juros moratórios	1.482	1.154
Prêmios de seguro	20.965	21.947
Custas judiciais	18	36
Devolução a consorciados desligados	19.933	27.078
Despesas de registro de contrato	4.343	4.065
Outros	54.141	55.996
DISPONIBILIDADES (final do período)	1.058.226	878.227
Depósitos bancários	1.609	184
Aplicações financeiras do grupo	172.743	163.617
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	883.874	714.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

1 - ADMINISTRADORA

1 - A BB Consórcios e suas Operações

A BB Administradora de Consórcios S.A., BB Consórcios, é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 12 de dezembro de 2003 e sua sede está localizada no Setor Comercial Sul, Quadra 2, bloco C, 5º andar, Edifício Paulo Sarasate, Asa Sul, Brasília-DF. Tem por objeto a administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens ou conjunto de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes - incluindo pessoas físicas de baixa renda e microempresários - e a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às administradoras de consórcios. O primeiro grupo de consórcio foi formado em abril de 2004.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para a atividade de consórcio.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas civis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O Bacen recepcionou os seguintes pronunciamentos, observáveis integralmente pela BB Consórcios, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 19.08.2013.

3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizados pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

A taxa de administração dos grupos de consórcio são escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, quando é apropriada como receita.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, com prazos originais na data da efetiva aplicação iguais ou inferiores a 90 dias, sujeitas a insignificante risco de mudança de valores e limites (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001 (Nota 6).

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2013

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Consórcios tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de instrumentos financeiros similares ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de metodologias de apuração de valor presente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	7,6%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB Consórcios avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Consórcios estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Consórcios elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

h) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Circular Bacen n.º 3.484, de 02.02.2010.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 14.a) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico por grupo de ação, tipo de órgão legal (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum) e reclamante. Para apuração do valor das obrigações nas ações de natureza trabalhista, são considerados os valores médios dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 24 meses, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nas ações de natureza cível são considerados os valores médios dos pagamentos dos processos encerrados nos últimos 24 meses e, nas ações referentes a planos econômicos, são considerados os valores médios dos pagamentos realizados nos últimos 24 meses.

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 14).

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios é o Real (R\$).

j) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Consórcios adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$ mil	R\$ mil
	30.06.2013	31.12.2012
Disponibilidades	91	90
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	91	90

5 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Correspondem a aplicações financeiras efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. em operações compromissadas, lastreadas por LFT, com taxa de remuneração de mercado.

a) Composição

	R\$ mil	R\$ mil
	30.06.2013	31.12.2012
Aplicações em Operações Compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	182.416	143.115
Total	182.416	143.115

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil	R\$ mil
	1º Sem/2013	2º Sem/2012
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas Posição Bancada	5.307	5.350
Total	5.307	5.350

6 – Títulos e Valores Mobiliários - TVM

a) Carteira própria

	R\$ mil	R\$ mil
	30.06.2013	31.12.2012
Cotas de Fundo de Investimento - BB CP Corp 10 milhões	14.298	16.343
Total	14.298	16.343

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	R\$ mil	R\$ mil
	1º Sem/2013	2º Sem/2012
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5.b)	5.307	5.350
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimentos	551	631
Total	5.858	5.981

c) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Em 30.06.2013 e 31.12.2012 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7 – Outros Créditos

a) Créditos Específicos

	R\$ mil	R\$ mil
	30.06.2013	31.12.2012
Valores pendentes de recebimento – cobrança judicial	138	496
Outros créditos	57	--
Total	195	496

b) Diversos

	R\$ mil	R\$ mil
	30.06.2013	31.12.2012
Impostos e contribuições a compensar	22.540	360
Devedores diversos – país (1)	2.372	2.100
Títulos e créditos a receber	1.425	1.543
Devedores por depósitos em garantia	1.104	934
Créditos tributários (Nota 11.d)	432	373
Total	27.873	5.310

(1) O montante de R\$ 2.301 mil refere-se a adiantamentos para encerramento de grupos de consórcios.

c) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	R\$ mil	R\$ mil
	30.06.2013	31.12.2012
Provisão para outros créditos(1)	(786)	(786)
Total	(786)	(786)

(1) Provisão de valores de difícil recuperação referentes a operações de consórcios inadimplentes sem Seguro de Quebra Garantia (SQG).

8 – Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil	R\$ mil
	30.06.2013	31.12.2012
Impostos e contribuições sobre lucros	35.854	5.691
Impostos e contribuições a recolher	3.172	2.973
Provisão para riscos fiscais (Nota 14.a)	3	3
Total	39.029	8.667

b) Diversas

	R\$ mil	R\$ mil
	30.06.2013	31.12.2012
Obrigações por recursos de consórcios – Grupos encerrados(1)	12.195	14.499
Credores diversos – Grupos encerrados(2)	2.277	2.335
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 12)	1.621	1.391
Provisão para passivos contingentes (Nota 14.a)	1.268	1.093
Total	17.361	19.318

(1) Refere-se a valores devidos a consorciados ainda pendentes de pagamento.

(2) Valores relativos a grupos encerrados – recursos não distribuídos.

9 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

a) Receitas de Prestação de Serviços

	R\$ mil	R\$ mil
	1º Sem/2013	2º Sem/2012
Taxas de administração de consórcios	125.810	121.990
Taxa de cessão	1.834	1.609
Multas e juros recebidos	1.493	1.172
Total	129.137	124.771

b) Despesas de Pessoal

	R\$ mil	R\$ mil
	1º Sem/2013	2º Sem/2012
Proventos	(1.957)	(1.894)
Encargos sociais	(896)	(860)
Benefícios	(247)	(236)
Honorários de Conselheiros	(86)	(94)
Treinamento	(9)	(12)
Total	(3.195)	(3.096)

c) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil	R\$ mil
	1º Sem/2013	2º Sem/2012
Processamento de dados	(1.452)	(976)
Promoções e relações públicas	(339)	(17)
Comunicações	(306)	(66)
Aluguéis	(108)	(119)
Outras despesas	(102)	(95)
Viagem	(58)	(65)
Serviços de terceiros	(50)	(39)
Contribuições filantrópicas	--	(280)
Outras	(103)	(21)
Total	(2.518)	(1.678)

d) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil	R\$ mil
	1º Sem/2013	2º Sem/2012
Suporte operacional	(3.614)	(3.770)
Taxas e tarifas bancárias	(1.723)	(1.631)
Ressarcimento de encargos e despesas ao BB	(1.066)	(1.003)
Atualização dos recursos dos consorciados	(437)	(507)
Variações monetárias passivas	(386)	(680)
Passivos contingentes	(330)	(189)
Manutenção e desenvolvimento de sistema	(256)	(191)
Franquia de seguro quebra garantia	(10)	(24)
Perdas por falhas e fraudes	(1)	(42)
Total	(7.823)	(8.037)

10 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 98.539 mil (R\$ 49.960 mil em 31.12.2012) está dividido em 14.100 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 151.272 mil (R\$ 98.539 mil em 31.12.2012), corresponde a um valor patrimonial de R\$ 10.728,51 por ação (R\$ 6.988,59 em 31.12.2012).

O aumento do Capital Social no 1º semestre de 2013, no valor de R\$ 48.579 mil, decorreu da capitalização das Reservas de Lucros (Reserva Estatutária no valor de R\$ 41.785 mil e Reserva Legal no valor de R\$ 6.794 mil), aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária do Acionista, de 25.06.2013.

b) Reservas de Lucros

	R\$ mil	R\$ mil
	30.06.2013	31.12.2012
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	3.458	6.794
Reserva Estatutária	49.275	41.785
Total	52.733	48.579

A BB Consórcios constituiu Reserva Legal (5% sobre o Lucro Líquido), pelo montante de R\$ 3.458 mil, conforme determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do capital social. A BB Consórcios constituiu Reserva Estatutária (75% do lucro após Reserva Legal), pelo montante de R\$ 49.275 mil.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	R\$ mil	R\$ mil
	1º Sem/2013	2º Sem/2012
Base de cálculo	65.700	63.408
- Lucro Líquido	69.158	66.745
- Reserva Legal constituída no período	(3.458)	(3.337)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(16.425)	(15.852)
Dividendo adicional	--	(22.192)
Total destinado ao acionista	(16.425)	(38.044)
Reserva Estatutária	(49.275)	(25.364)
Saldo do Lucro Líquido Ajustado, após as destinações	0	0

A Administração, no 1º semestre/2013, decidiu pelo pagamento de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% (adicionais de 60% no 2º semestre/2012) sobre o lucro líquido, após a destinação para a Reserva Legal. Os dividendos referentes ao 1º semestre/2013 foram aprovados pela Diretoria em 19.08.2013 e serão corrigidos monetariamente pela taxa Selic até o dia do efetivo pagamento.

11 – Tributos

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	R\$ mil	R\$ mil
	1º Sem/2013	2º Sem/2012
Valores Correntes	(35.853)	(34.135)
IRPJ e CSLL no país	(35.853)	(34.135)
Valores Diferidos	59	64
Ativo Fiscal Diferido	59	64
Diferenças intertemporais	59	64
Total das Despesas	(35.794)	(34.071)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	R\$ mil	R\$ mil
	1º Sem/2013	2º Sem/2012
Resultado antes dos tributos e participações	104.952	100.816
Encargo total do IRPJ (25%) e da CSLL (9%)	(35.684)	(34.277)
Despesas administrativas indedutíveis	(122)	(13)
Desconto no adicional de alíquota	12	12
Incentivos fiscais – adição	--	(95)
Incentivos fiscais – dedução	--	280
Outros valores	--	22
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(35.794)	(34.071)

c) Despesas Tributárias

	R\$ mil	R\$ mil
	1º Sem/2013	2º Sem/2012
ISSQN	(6.382)	(6.180)
Cofins	(9.474)	(9.091)
PIS/PASEP	(2.057)	(1.974)
Outras	(1)	--
Total	(17.914)	(17.245)

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	R\$ mil	R\$ mil
	31.12.2012	30.06.2013
Diferenças Temporárias	373	144
Provisões passivas	373	144
Total dos Créditos Tributários Ativos	373	144
Imposto de Renda	274	106
Contribuição Social	99	38

Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2012, atualizado em 30.06.2013.

	R\$ mil	R\$ mil
	30.06.2013	30.06.2013
	Valor Nominal	Valor Presente

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2013

b) Passivos Contingentes - Possíveis

Os saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis são os seguintes:

	R\$ mil	
	30.06.2013	31.12.2012
Demandas Cíveis	944	1.105
Demandas Fiscais	25	27
Total	969	1.132

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas são os seguintes:

	R\$ mil	
	30.06.2013	31.12.2012
Demandas Cíveis	1.104	934
Total	1.104	934

II – GRUPOS DE CONSÓRCIO

1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

ABB Administradora de Consórcios S.A., BB Consórcios, obteve autorização para formar e administrar grupos de consórcio em 19.02.2004, conforme publicado no Diário Oficial da União de 25.02.2004.

2 – Principais Práticas Contábeis

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo de reserva e fundo comum de cada grupo. As aplicações financeiras foram efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. em operações compromissadas, lastreadas por LFT, com taxa de remuneração de mercado e certificado de depósitos bancários.

b) Direitos Junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados.

c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados, Contribuições Devidas ao Grupo e Bens a Contemplar

São calculados com base no preço do bem vigente no último dia de cada mês.

d) Obrigações com Consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

e) Valores a Repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

f) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens/serviços.

g) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

h) Recursos do Grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

3 – Informações Gerais sobre os Grupos

	30.06.2013	31.12.2012
Quantidade de Consorciados Ativos	426.730	400.975
Quantidade de Consorciados Desistentes e Excluídos	149.571	115.596
Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	29.350	22.205
Quantidade de Bens Entregues no Período	33.850	16.684
Quantidade de Inadimplentes Contemplados	1.752	2.349
Quantidade de Grupos Administrados	492	468
Taxa de Administração Média Ponderada	10,96%	10,62%
Taxa de Inadimplentes Média Ponderada de Consorciados Contemplados	2,05%	2,14%

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

À

Diretoria e ao Acionista da
 BB Administradora de Consórcios S.A.
 Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2013 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da BB Consórcios é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Consórcios. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Consórcios em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2013 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 19 de agosto de 2013

KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
 Contador CRC 1SP206103/O-4



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Para cumprimento da Resolução CMN nº 3.198/2004, o Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único para o Banco Múltiplo e para as subsidiárias integrais.

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria único foi divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A.

Brasília-DF, 13 de agosto de 2013.

Egídio Otmar Ames
 Coordenador

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Henrique Jäger

Diretoria

PRESIDENTE

Alexandre Corrêa Abreu

VICE-PRESIDENTE

Ivan de Souza Monteiro

DIRETOR-GERENTE

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Conselho Fiscal

Fábio Franco Barbosa Fernandes (Presidente)

Felipe Palmeira Bardella

Lacy Dias da Silva

Comitê de Auditoria

Egídio Otmar Ames (Coordenador)

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Henrique Jäger

Contadoria

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87